



ADUR-RJ S.SIND

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO - SEÇÃO SINDICAL DO ANDES-SN

EDIÇÃO Nº 193

NOVEMBRO 2021

ADUR INFORMA

Eleição da ADUR elege 7 mulheres para a Direção do Sindicato



Patricia Bastos



Jaqueline Rocha



Lia Teixeira



Beatriz Wey



Elisa Guaraná



Luciana Nóbrega



Fabrícia Vellasquez



Adur na luta,
diversa e democrática
É PRECISO TER SONHO, SEMPRE

Em eleição com recorde de participação, associados da ADUR escolheram nova Diretoria e membros do Conselho de Representantes



Cerimônia de posse da nova Diretoria aconteceu virtualmente e contou com a participação de dezenas de docentes e representantes de coletivos e movimentos.

No mês de outubro, aconteceu mais uma eleição da ADUR. Com 316 votos dos docentes, a “Chapa 2 – Adur na luta, diversa e democrática” foi a escolhida para comandar o Sindicato nos próximos dois anos. Na disputa, a “Chapa 1 - ADUR é pra lutar” recebeu 243 votos. O pleito também decidiu quem serão os representantes dos institutos que irão compor o Conselho de Representantes da ADUR. Além de todo o trabalho envolvido em realizar uma eleição, neste ano, a condição remota foi mais um desafio enfrentado pelos professores.

Na Assembleia da ADUR ocorrida no dia 20 de agosto foi formada a Comissão responsável por organizar o processo eleitoral e também foram aprovados o regimento da eleição, o calendário eleitoral e a empresa que viabilizou a eleição no formato virtual. Os docentes Patricia Reinheimer, Antônio José Alves e Ana Cristina dos Santos formaram a Comissão Eleitoral, que teve, ainda, os professores Alexandre Mendes e Milane Leite como suplentes.

Para ampliar o debate sobre os programas das duas chapas que concorreram à Direção da ADUR e

tornar o pleito ainda mais democrático, a Comissão Eleitoral promoveu um debate virtual entre representantes dos grupos. A atividade aconteceu no dia 11 de outubro, às 17h, no canal Imprensa ADUR, no Youtube.

Seguindo o calendário, as eleições aconteceram entre os dias 13 e 15 de outubro e no mesmo dia 15 de outubro a Comissão Eleitoral apresentou, em uma transmissão ao vivo, o resultado do pleito, que teve a “Chapa 2 – Adur na luta, diversa e democrática” como vencedora.

Conselho de Representantes

Por conta da pandemia e outros impedimentos circunstanciais, em 2020 não aconteceu a eleição que renovaria metade do Conselho de Representantes da ADUR. Diante deste cenário, para seguir o Regimento Geral da ADUR, a proposta desta eleição foi de que cada unidade acadêmica da UFRRJ elegeisse dois representantes titulares (como seus respectivos suplentes) nas eleições para o CR, sendo um deles para um mandato de dois anos e outro para o mandato de um ano.

Em uma situação inédita, a disputa em três institutos da UFRRJ terminou com empate entre as chapas que concorreram ao CR: no Instituto de Ciências Exatas (ICE), no Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS) e no Instituto de Floresta (IF). O regimento da eleição não previa critérios de desempate e, por isso, os casos foram levados para serem decididos em Assembleia Geral. Ficou decidido, então, que as chapas poderiam decidir, entre si, qual das duas cumpriria o mandato de dois anos e de um ano e, nos casos em que não houvesse acordo entre as chapas ficaria determinado um prazo equânime de um ano para ambas as chapas empatadas.

Em Assembleia também ficou decidido que o Conselho de Representantes faça um debate sobre a solução aos casos de empate para, posteriormente, inserir em minuta de edital para as próximas eleições do Conselho de Representantes, em 2022.

Confira a lista final dos conselheiros eleitos na tabela ao lado:

Assembleia de posse

A posse da nova Diretoria aconteceu no dia 8 de novembro, em uma cerimônia on-line, transmitida pelo canal Imprensa ADUR-RI. Além de integrantes do grupo que finaliza a atuação como Direção da ADUR e as professoras que assumem a Direção, o evento contou com a participação de inúmeras entidades e coletivos.

Também estiveram presentes e compuseram a mesa do evento a 1ª vice-presidente da Regional Rio de Janeiro do ANDES-SN, Elizabeth Barbosa; o representante do SINTUR, Estevão Fernandes de Moura; e as estudantes Maria Clícia, que integra Comissão de Mobilização da UFRRJ, e Chyntia Vargas, representando o DCE; o reitor em exercício, Roberto de Souza Rodrigues; e o reitor eleito e não empossado, Ricardo Berbara. As falas dos presentes destacaram o

trabalho desenvolvido pela Diretoria que finaliza o mandato, muitos votos de confiança no grupo que assume, destaques para a importância da unidade entre as categorias e da articulação coletiva entre entidades contra as medidas autoritárias do atual governo.

A nova gestão recebeu manifestações de apoio e votos de sucesso no trabalho para os próximos anos de entidades nacionais, como a ANFOPE (Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação), que através da sua diretora de articulação nacional, Lucília Lino, enviou felicitações ao coletivo de professoras eleitas para a Diretoria da ADUR.

Representações do SEPE- Central também estiveram presentes e fizeram votos de confiança no grupo que assume.

	Eleitos para mandato de 1 ano	Eleitos para mandato de 2 anos
IG	Andrea Carmo Sampaio Marcio Rufino Silva	Heitor Fernandes Mothé Filho Karine Bueno Vargas
IM	Flávia Miller Naethe Motta Ricardo Dias da Costa	Bruno Nogueira Ferreira Borja Rodrigo de Azevedo Cruz Lamosa
IT		Denise de Alcantara Pereira Rafael Simões Mano
IF	Alexandre Miguel do Nascimento Jayme Magalhães Santagelo	Carlos Domingos da Silva Henderson Silva Wanderley
ITR		Diná Andrade Lima Ramos
CTUR	Regina Cohen Barros Magda Queiroz	Wellington Augusto da Silva Fábio Padilha Alves
IZ		Maria Cristina Affonso Lorenzon Robert Oliveira de Macedo
IE		Rosane Braga de Melo Adriana Carvalho Silva
IA	Carlos Alberto Bucher Leandro Azevedo Santos	Adelson Paulo de Araujo Andrés Calderin Garcia
ICE	Maria Teresa Carneiro da Cunha Rosane Ferreira de Oliveira	Claudio Maia Porto Ion Vasile Vancea
ICSA		Marcelo Pereira Fernandes Alexandre Jerônimo de Freitas
ICBS	Luciano da Silva Alonso Sílvia Aparecida Martim	Antonio José Mayhé Nunes Marcelo da Costa Souza
IQ	Marco Andre Alves de Souza Emerson Guedes Pontes	Aurea Echevarria Luciano Suzart
ICHS	Luciane da Costa Moás Flora Côrtes Daemon de Souza Pinto Alexandre Linhares Guedes Luena Nascimento Nunes Pereira	

ADUR na luta, diversa e democrática: quem somos e a que viemos



Gostaríamos de agradecer pela possibilidade de assumir a Diretoria da ADUR, esta seção sindical que é um espaço ampliado, e igualmente um espaço de articulação política e reflexivo de suas próprias demandas.

Neste mês de novembro de 2021, quando tomamos posse, queremos destacar a celebração deste mês que traz consigo tantas (co)memorações que nos provocam ainda mais a reflexão, tais como: o dia de finados – num contexto em que temos vivido tantas mortes pela pandemia; o da proclamação da república – em uma época em que muitos dos direitos conquistados têm sido (ainda mais) ameaçados e retirados; o da consciência negra – no resgate da luta histórica dos pretos e das pretas, e, destas, em especial, a resistência necessária à própria condição de vida; traz, ainda, a comemoração do dia do aposentado – data pouco conhecida, como muito da condição desses trabalhadores, assim como a campanha-lembrete do cuidado à saúde do homem, em uma simbólica construção do “novembro azul”; e o próprio dia da cultura, essa vertente social que tem conseguido nos salvar neste momento.

Essas marcas, socialmente construídas, trazem consigo muito do que intentamos com a direção dessa

nova gestão, a partir das marcas, em trajetórias, dessas sete mulheres que, por suas identidades e memórias de luta, insistem ‘na estranha mania de ter fé na vida’: sem exclusão, sem predileção, sem estabelecer diálogos que não tenham, por meio da docência em luta, a mistura do contraditório tão necessária ao debate qualificado. Afinal, continuamos a acreditar que pela ‘dose forte e lenta’, pela ‘dor e alegria’, é possível efetivar um discurso-ação coerente com o que o momento requer: coragem, proposição, escuta. Um sindicato, portanto, que se requer objetivamente ativo para as lutas que estão em jogo, sobretudo neste momento em que os oponentes não mais se escondem – nem mesmo o vírus real –, mas também uma seção sindical que compreenda as demandas internas de suas e de seus docentes, com ações que interliguem atividades de formação, de saúde, de informação, de inclusão, de comunicação, da memória, de transparência.

Entendemos, assim, que essa reflexão esteticamente elaborada seja essencial pelo momento histórico em que nos encontramos, mas que também reflète não a ‘estranha marca’, mas a inquietante marca, desse grupo de sete mulheres

nesta condução do próximo biênio.

A nova diretoria da Adur acredita no diálogo, na diversidade de opiniões e formas de participação dos docentes para a construção do nosso sindicato. Vivemos em tempos sombrios. O desafio é grande por estarmos vivendo um desgoverno que promove a crise sanitária que já ceifou mais de 600 mil vida; que ataca a educação pública, a ciência, o serviço público, como com o corte criminoso de quase 90% de recursos da ciência e a imposição de uma agenda que precariza as condições de trabalho. Um desgoverno excludente, misógino, homofóbico, antidemocrático, racista e que aprofunda a miséria e a fome. Que representa a continuidade dos ataques ao serviço público, o desmonte das políticas públicas e de um estado democrático e de direito que se estabelece com o Golpe contra a Presidenta Dilma, com os primeiros ataques a autonomia universitária, com tentativas de desrespeitar a escolha das comunidades universitárias, e que se consolida com dezenas de reitores eleitos e não empossados, como vivemos na Rural recentemente com o prof. Ricardo Berbara reitor eleito e não empossado. O Fórum Reitor eleito Reitor Empossado criado por

essa razão seguirá sendo uma atuação priorizada por essa diretoria.

Vivemos a urgência de unidade para uma ADUR de braços dados com todos que estão na luta nas ruas e em tantos espaços de disputa pela democracia, na defesa da educação, do serviço público, da ciência e dos direitos humanos. Em especial com as entidades parceiras, Sintur, DCE, e demais coletivos da Rural. Precisamos ampliar a articulação da ADUR e do ANDES com todas e todos que estão nessa luta, como associações de ensino e pesquisa, a SBPC, o Fórum Nacional Popular de Educação, os movimentos sociais e sindicais, a importante articulação das ADs do RJ e com a UEE.

Hoje vivemos distintas realidades na carreira docente, condições de trabalho e aposentadoria na UFRJ que foram se consolidando, de forma desigual, ao longo das últimas décadas. Queremos que desde docentes que entraram a pouco tempo, aos que estão há mais tempo, aqueles que estão para se aposentar e os aposentados e aposentadas participem do sindicato para discutir suas questões específicas como trabalhadores da educação do ensino superior e EBTT. Que possamos juntos construir nossa ADUR na luta no dia a dia pelas nossas condições de trabalho, direitos trabalhistas e previdenciários, reajuste salarial (que não temos há 5 anos), manutenção e ampliação de concursos públicos e a isonomia na carreira.

Lutaremos sempre por um sindicato autônomo e do diálogo na relação institucional. Nesse momento, com ataques constantes como a IN90 e a decisão do TRF2 que ferem a autonomia universitária, esperamos o diálogo com a administração central, que teve o seu projeto eleito nas

urnas, e agradecemos a presença da Reitoria em exercício prof. Roberto Rodrigues, que reaja de forma veemente a esses ataques e aos que ferem nossa carreira docente, com uma atuação permanente para garantir nossas condições de ensino, pesquisa e extensão. Seguiremos demandando à administração central a construção, em diálogo com os três segmentos, das condições de trabalho no ensino remoto, nas aulas práticas que já iniciaram, e o plano para a retomada gradual, com todas as garantias de condições sanitárias e infraestruturais. Em especial observando a sobrecarga de trabalho para as professoras e todos os cuidadores, que acumulam o trabalho e os cuidados com a família. Essa ampla vivência no remoto também pode ser um aprendizado para discutir de forma mais profunda a EAD na Rural e as demandas desses professores.

Acima de tudo, esperamos da administração central, e vamos atuar na defesa de uma Rural que priorize a promoção do acesso e garantia de condições de permanência das e dos estudantes trabalhadores e de baixa renda, que estão sendo novamente expulsos das universidades públicas, com cortes de bolsas e pela desigualdade de acesso, aprofundados pela crise econômica da política neoliberal do governo Bolsonaro.

Mas temos ainda que avançar como uma ADUR Multicampi na presença e atuação na Sede, no IM e em Três Rios discutindo as condições de participação do sindicato e das condições de trabalho nos campi, e na relação com a sede. Pretendemos manter e ampliar a comunicação direta com os associados com diálogo e respeito a nossa história de luta e de movimento docente da Rural, promovendo uma cultura de

participação ampla, fraterna e com respeito às diferenças. Queremos construir juntos um sindicato que trabalhe para ampliar a formação e participação e a construção coletiva do movimento sindical. Muitos acham que participar do sindicato e dos espaços de representação na universidade é para quem: Está preparado; Sabe falar em público; Entende de política; E que atrapalha a produção docente. No entanto, a participação e a representação precisam ser um espaço para todos, todas e todos docentes, potencializando os Grupos de Trabalho do Andes na Adur, as comissões, o Conselho de Representantes e fortalecendo a participação de nossos mais de 1200 filiados nas Assembleias. Nosso esperar vem em forma de propostas, sempre dialógicas.

Vamos trabalhar para fortalecer um movimento docente de luta, mobilização permanente e do acolhimento através do qual possamos ampliar e efetivar a participação para a sua construção. Uma ADUR de portas abertas que fortaleça protocolos de casos de assédio, o acolhimento e a ampliação da possibilidade da diversidade na participação no sindicato, com a incorporação mais efetiva da acessibilidade como agenda e como realidade, com a promoção da saúde no trabalho, da luta pela implementação da cota racial para os concursos para docentes, e o fortalecimento das construções inclusivas de gênero, raça, etnia, sexualidade e da pessoa com deficiência. Uma ADUR do encontro e da troca prazerosa. Por tudo isso, convidamos para somarmos forças na construção de uma ADUR da luta diversa e democrática.

Novembro Negro: lutas e avanços a serem celebrados no Dia da Consciência Negra

No mês de novembro, a celebração do “novembro negro” é uma maneira de reivindicar as memórias, as lutas e resistências dos povos afrobrasileiros diante de séculos de exploração, escravidão e colonialismo no Brasil. O dia 20 de novembro, representado como o Dia da Consciência Negra, é uma data que marca a importância histórica e política das lideranças

negras, como o principal homenageado na data, o líder quilombola assassinado pelos colonizadores, Zumbi dos Palmares.

Para debater sobre os simbolismos e ações do novembro negro, sobre a importância das resistências históricas do povo negro através de suas lutas, e sobre a necessidade de construção de políticas de redução das desigualdades

raciais e sociais em um país que ainda é extremamente racista como o Brasil, a Imprensa ADUR-RJ entrevistou o professor da UFRRJ Ricardo Dias da Costa, que atualmente é pesquisador e coordenador do Laboratório de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas – LEAFRO-NEABI-UFRRJ. Leia a entrevista a seguir.



ADUR - Primeiro eu gostaria que o senhor falasse um pouco da sua trajetória acadêmica e política, sua atuação dentro do movimento negro, etc.

R – A minha trajetória acadêmica começa com a graduação em Turismo em 1982 na cidade de Belo Horizonte, onde nasci e cresci. Tenho um Mestrado em Turismo pela Universitat de Les Illes Balears (Palma de Mallorca) e outro em Turismo e Meio Ambiente pelo Centro Universitário UNA também em Belo Horizonte e Doutorado em

Educação pela UFRRJ. A minha atuação no movimento negro começou durante a graduação quando participei de um grupo de estudo voltado para estudantes negros chamado Grupo de Estudos José Bonifácio e logo depois tive contato com o MNU. As atividades profissionais me distanciaram do movimento negro, mas quando cheguei à UFRRJ em 2011 conheci o Laboratório de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas – LEAFRO – NEABI-UFRRJ, do qual hoje sou

pesquisador e o atual coordenador. A minha participação junto ao movimento negro foi muito mais acadêmica do que militante e hoje sou membro pesquisador da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as – ABPN, que é uma entidade que tem por finalidade o ensino, pesquisa e extensão acadêmico-científica sobre temas de interesse das populações negras do Brasil. E por fim estou como coordenador da Regional Sudeste do Consórcio.

Nacional de Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros - Conneab's.

ADUR - Nós estamos no “novembro negro”, mês que abriga o dia da Consciência Negra e que tem sido utilizado em inúmeras instituições como um mês de debates e conscientização sobre a questão racial. Como o senhor avalia a importância do dia Consciência Negra e desse mês temático?

R – O dia da Consciência Negra não é um simples feriado, é a oportunidade de celebrar a luta, e a resistência do povo negro contra o racismo. Esta luta, que começou há muitos anos atrás, não é só contra a desigualdade social e racial, mas principalmente contra o racismo em todas as suas dimensões e aqui aproveito a oportunidade para reverenciar os nossos ancestrais e os mais velhos que tanto fizeram para estarmos onde estamos. Cabe destacar que esta luta não é exclusividade dos negros, mas sim de toda a sociedade brasileira, pois o termo “Consciência Negra” diz respeito à uma tomada de consciência histórica, cultural e social dos negros quanto a nossa participação e contribuição na formação da sociedade brasileira. A data de 20 de novembro não foi escolhida aleatoriamente, este dia foi escolhido por coincidir com a data em que Zumbi dos Palmares, líder do Quilombo dos Palmares, foi morto em 1695. É importante destacar que em dia 20 de novembro de 1995, em Brasília, cerca de 30 mil pessoas se reuniram na Marcha Zumbi dos Palmares. Neste ano, celebrava-se os 300 anos da morte do líder do maior Quilombo do período colonial. Na marcha as pessoas foram às ruas para, principalmente, protestar por



Professor Ricardo Dias da Costa fala sobre o dia Consciência Negra como uma celebração da luta e resistência do povo negro.

políticas públicas de equidade social. Esta luta continua e deve ser intensificada a cada dia em todos os segmentos da sociedade, pois o que vivemos hoje com o encarceramento e morte da juventude negra no Brasil é revoltante e inaceitável.

ADUR - O atual presidente da Fundação Palmares, Sérgio Camargo é conhecido por suas falas polêmicas, que relativizam a escravidão no Brasil, acusam intelectuais e artistas negros, e recentemente declarou o interesse e mudar o nome da Fundação Palmares para Fundação Princesa Izabel. No entanto, ele ocupa um cargo de poder institucional muito importante. Como você avalia a necessidade de ter pessoas negras comprometidas com a implantação políticas de redução das desigualdades raciais e sociais no Brasil nesses espaços de poder?

R – A Fundação Cultural Palmares (FCP), que é uma entidade vinculada ao Ministério da Cidadania, foi criada dentre outros objetivos, com o intuito de preservar a memória e fomentar a cultura afro-brasileira. A figura do atual presidente da entidade não tem o reconhecimento popular e a proposta de mudança do nome é estapafúrdia, além de não encontrar

eco dentro dos Movimentos Negros. Não há como aceitar que o presidente de uma entidade como a FCP afirme ter sido a escravização benéfica aos seus descendentes. Entidades como esta têm que ter pessoas engajadas com a luta antirracista, o fim do racismo e pela equidade social. É uma pena que ainda hoje estejamos conversando sobre a necessidade de termos à frente de entidades como a FCP pessoas que sejam comprometidas com a causa dos negros, isto deveria ser condição sine qua non para a ocupação deste cargo. A demanda por políticas públicas voltadas para a redução das desigualdades raciais e sociais está na ordem do dia. Existe hoje no Brasil um expressivo contingente de pesquisadores/as com conhecimento para contribuir com a discussão desta temática. O acesso ao ensino superior por intermédio de uma política pública demandada pela sociedade para ingresso em instituições de ensino federal, Lei 12/711/2012 mais conhecida como “Lei de Costas” é uma vitória parcial do movimento negro. Destaco, vitória parcial, porque o primeiro filtro desta lei é o recorte social, o racial está em terceiro lugar,

pois vem depois do financeiro. A redução das desigualdades raciais e sociais no Brasil só acontecerá quando tivermos cada vez mais negros/as ocupando postos de poder nos diferentes segmentos profissionais.

ADUR - No ano passado, nos EUA, um policial assassinou George Floyd, e isto foi o estopim de manifestações e debates sobre o racismo em todo o mundo. No Brasil, a violência policial, a abordagem e atuação racistas fazem parte do cotidiano mas, nem por isso, parece causar comoção social para além de grupos politicamente atuantes na questão racial. Como o senhor interpreta essa comoção com o que acontece nos Estados Unidos e a quase apatia sobre o que acontece sob nossos olhos todos os dias?

R - O preconceito racial no Brasil é diferente dos Estados Unidos. O professor Oracy Nogueira nos ensina que o preconceito é considerado de marca quando é baseado na aparência do indivíduo (Brasil) e de origem quando é praticado contra um indivíduo que se supõe descender de algum grupo étnico(EUA). O assassinato de pessoas negras não é exclusividade americana ou brasileira, mas o caso George Floyd tomou dimensões inimagináveis no mundo todo, mas fatos semelhantes acontecem todos os dias e com repercussões diferentes em cada país. O racismo existe e é o mesmo de sempre, só que agora é mais divulgado. Na década de 1990 os diversos episódios de racismo nos EUA propiciaram que um número, cada vez maior de negros, tivesse acesso às informações a respeito e o que vemos hoje nada mais é do que a confirmação de que a violência contra

os negros nunca parou. A luta pelos direitos civis nos EUA acarretou uma tomada consciência política nos norte-americanos que ainda é pouco disseminada no Brasil. A nossa realidade histórica é muito diferente e há um dado diferencial nesta diferença: a “ideologia da democracia racial”, que muitos ainda creem reger as relações raciais no Brasil construindo assim uma suposta e distorcida “identidade racial brasileira”. Isso não quer dizer que os negros no Brasil não lutem por seus direitos, mas a nossa forma é diferente, muito pelo fato do movimento negro brasileiro ter surgido no período da ditadura e por isso ter sido criminalizado. Temos uma tradição de resistência contra o racismo, mas as relações raciais no Brasil e nos EUA foram estabelecidas de formas historicamente diferentes. O fato de não termos confrontos raciais semelhantes aos que ocorrem nos EUA não quer dizer que não estamos lutando, estamos lutando sim, só que de forma diferente, bem ao nosso modo.

ADUR - O senhor coordena o Laboratório de Estudos Afro-Brasileiro e Indígenas - LEAFRO, na UFRRJ. Eu gostaria que o senhor apontasse as frentes de atuação do Laboratório e a importância do núcleo para a instituição e também para a sociedade como um todo, principalmente do entorno da Universidade.

R - O Laboratório de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas - LEAFRO - foi criado em 2006 no âmbito da UFRRJ no campus da cidade de Nova Iguaçu e é um ambiente, ou espaço de pesquisas acadêmicas que se define como Multi, ou Intercultural. Atualmente está inserido na Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa

e é integrado por pesquisadores, pesquisadoras e grupos de pesquisas internos e externos à universidade, que são provenientes de diferentes áreas do conhecimento. No Leafro são desenvolvidas atividades de ensino, pesquisa e extensão voltadas para a intervenção e transformação de subjetividades e de atitudes racistas bem como das relações de dominação e de exclusão com base nas identidades étnico-raciais nas Instituições escolares e na sociedade mais ampla. A importância do Leafro vai para além das questões acadêmicas, pois a diversidade e pluralidade de pesquisas é uma das principais riquezas desse laboratório, que converge para um ponto em comum: a luta antirracista e contra as desigualdades étnico-raciais em todas as suas dimensões principalmente dentro da universidade. A participação do Leafro na Baixada Fluminense se consolida por intermédio dos diferentes projetos de extensão que são desenvolvidos nos três campi da UFRRJ.

Entre as ações de pesquisa e ou formação já propostas pelo LEAFRO ao longo dos anos de seu funcionamento, posso destacar o curso de aperfeiçoamento em Educação das Relações Étnico-raciais. Este curso fez parte do Programa Uniafro, uma iniciativa da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secadi/MEC). Oferecemos também cursos de Aperfeiçoamento e pós-graduação lato sensu aos professores, principalmente da Baixada Fluminense, muitas das vezes por intermédio de parcerias desenvolvidas com as secretarias de educação dos municípios.

Reunião entre categorias da UFRRJ e Reitoria discute retorno presencial das aulas: ADUR se posiciona contra medida impositiva do TRF2



Reitoria da UFRRJ determinou, através da Portaria 5533, o retorno gradual das aulas, mantendo parte do ensino remoto, mas estabelecendo que 30% das atividades sejam presenciais. Imagem: Reprodução Mapa de Cultura RJ.

No dia 2 de dezembro de 2020, o Ministério da Educação fez a primeira investida para pressionar as IFES a retornarem às aulas presenciais. Uma portaria publicada no Diário Oficial da União revogava, entre outras medidas, a autorização para que as aulas online fossem equivalentes às presenciais na contagem de dias letivos. As IFES recorreram e o MEC recuou postergando a data limite. Desde então, uma disputa jurídica se instaurou: de um lado o Governo Federal exigindo o retorno presencial, e do outro as IFES reivindicando autonomia universitária e segurança sanitária.

Em julho deste ano, o Ministério Público Federal (MPF/RJ) ingressou com uma ação civil pública para que os estabelecimentos federais de ensino superior e básico no Rio de Janeiro retomassem as atividades presenciais. A UFRRJ, juntamente com outras IFES do estado, ganharam a causa, apontando, a pretensão arbitrária da medida, que viola a autonomia universitária em suas três

dimensões, além de desconsiderar questões financeiras importantes, como o orçamento e das contas e contratos com as empresas de limpeza que precisavam ser organizados primeiramente.

As instituições ganharam a causa. Porém, o Governo Federal recorreu da decisão e no dia 25 de outubro, o desembargador federal Marcelo Pereira da Silva, do Tribunal Regional Federal da 2ª Região acatou o recurso, obrigando, através de uma liminar, o retorno às aulas presenciais em instituições federais, do ensino básico ao superior, que estavam suspensas desde o ano passado devido à pandemia de COVID-19.

Desde então, o Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet/RJ), o Colégio Pedro II (CPII), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), o Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines), a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Universidade Federal

Rural do Rio de Janeiro movem a Ação Civil Pública para reverter a decisão.

Situação da UFRRJ neste processo

Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines), a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro movem a Ação Civil Pública para reverter a decisão.

Na última terça-feira, dia 9 de novembro, ocorreu uma reunião entre a Reitoria da UFRRJ, ADUR, SINTUR, e DCE para tratar sobre o retorno presencial das atividades na universidade. No encontro, o Reitor informou que apesar das IFES do Rio de Janeiro terem conseguido ganho de causa em primeira instância no processo que obriga o retorno presencial das aulas, o Governo Federal recorreu e um desembargador acatou o recurso.

Diante disso, a Reitoria reuniu a equipe técnica para estudar a IN 90 e elaborar a Portaria 5533, que determina o retorno gradual das

atividades na UFRRJ, respeitando o plano de retorno estabelecido pelos Conselhos Superiores. Uma “Cartilha de Medidas para o Retorno gradual e seguro” também foi lançada pela Administração Superior da UFRRJ. De acordo com a Portaria, as atividades de ensino irão continuar remotas e 30% das atividades acadêmicas deverão retornar ao presencial. O Reitor também afirmou que as aulas que estão sendo ministradas de forma remota continuarão a ser remotas até o final do trimestre. A Portaria também estabelece o trabalho híbrido como uma das formas a serem adotadas, o que, na prática, cria uma forma de registro de presença dos docentes do Magistério Superior na UFRRJ.

A ADUR se posicionou na reunião apresentando os pontos debatidos na Assembleia Geral de 4 de novembro de 2021 reforçando que a categoria é contrária ao retorno às aulas presenciais impostas pelo TRF2, sem as condições infra estruturais e sanitárias necessárias. O Sindicato também apoia as reivindicações apresentadas por parte dos estudantes de condições para o retorno presencial pleno e também lamenta que a “Cartilha” tenha sido lançada detalhando a forma da “modalidade híbrida” sem diálogo prévio. Especificamente sobre a “modalidade híbrida”, a ADUR se posicionou contrariamente, tanto na caracterização desta modalidade, quanto à forma proposta na cartilha de lançamento de frequência.

Os riscos da “modalidade híbrida”, que consta na Portaria da UFRRJ

A modalidade híbrida, que foi incluída na Portaria que regulamenta o

retorno das atividades presenciais na UFRRJ, e também aparece na “Cartilha de Medidas para o Retorno gradual e seguro” não consta abertamente na IN90, ela parte da interpretação da reitoria da UFRRJ. No entanto, a medida carrega aspectos problemáticos.

“A palavra híbrida surge no âmbito pedagógico e a escolha do termo pode se tornar um fato político. Existe o EAD com aulas semipresenciais. O MEC já defende que se tenha 40% de EAD nos cursos presenciais. Para nós, da ADUR, o uso desse termo pode gerar uma materialidade. Precisamos compreender o momento político e sua delicadeza”, afirma Patrícia Bastos, 2ª vice-presidente da ADUR. “Estamos firmando o pé no debate sobre o termo híbrido. É necessário o uso de outra expressão para atender nossas necessidades, o híbrido é uma nova metáfora que o MEC está utilizando para o ensino a distância. Compreendemos que é uma portaria temporária, mas o conceito fica materializado no serviço público. Usar o termo semipresencial, por exemplo, nos dá uma prudência maior”, reforçou a professora Patrícia Bastos – Vice-Presidente da Adur.

Além disso, esta modalidade também inclui controle de frequência dos docentes. O contrato de 40h com Dedicção Exclusiva do Magistério Superior, foi caracterizado como Regime Especial com dispensa de controle de frequência nos decretos Nº 1.590, de 10 de agosto de 1995 e Nº 1.867, de 17 de abril de 1996. O Regime Especial toma como base a produção docente dentro e fora da universidade, que inclui reuniões de departamento, pesquisa, atuação em instâncias da universidade, além de atividades externas de ensino e extensão. Não

está previsto, de nenhuma forma, este tipo de controle de frequência. A ADUR se posiciona contrariamente a esta forma de computar presença!

Mais um aspecto problemático é o fato de que um possível registro das atividades presenciais também poderá gerar conflitos nos departamentos no que se refere ao pagamento de adicional de insalubridade. Lembrando que o adicional foi retirado pelo Governo Federal na implementação do Trabalho Remoto e determinado o pagamento apenas a quem está exposto diretamente. A ADUR recorreu dessa decisão por considerar que não há como instrumentalizar a determinação de tempo de exposição, já que o considerado é o tempo contínuo de exposição, e teve seu recurso deferido. No entanto, a AGU recorreu.

“A cartilha da Reitoria reforça o entendimento do Governo Federal de insalubridade ao tratar a exposição como específica de dias presenciais. A “modalidade híbrida” proposta com controle de frequência presencial fragiliza a Dedicção Exclusiva e pode antecipar formas de controle não previstas na regulamentação da carreira de Magistério Superior Federal”, explicou a presidente da ADUR, Elisa Guaraná.

A ADUR encaminhará por ofício à Reitoria a solicitação de mudança nessa forma de registro da presença, assegurando que para aqueles que retornarem à atividade semi-presencial seja registrada a integralidade da frequência, conforme as regulamentações previstas. Aguardaremos o posicionamento da Reitoria e convocaremos uma Assembleia Geral para avaliação do Retorno Semi-Presencial e novos encaminhamentos.

Conheça as novas Diretoras da ADUR



Elisa Guaraná de Castro, professora titular DCS/ICHS (Presidente)

A Adur é parte da minha trajetória de formação e luta. Cheguei à Rural em 1998 em meio a uma greve em defesa da educação pública, das nossas carreiras e contra a privatização das universidades. Me sindicalizei na Adur como continuidade da minha atuação, desde o movimento estudantil, na defesa de um Brasil democrático e de uma educação pública, gratuita e de qualidade. Com a chegada à Adur e ao movimento docente articulei, na participação no GT de Política Agrária, Urbana e Ambiental, essa atuação com a questão agrária e defesa da Reforma Agrária, em que milito como pesquisadora desde o período da graduação. Chegar à diretoria da Adur no momento mais difícil da história recente do Brasil, demanda de todas e todos uma imensa capacidade de diálogo e unidade de ação, na luta intransigente pelos nossos direitos como professores, contra os ataques graves à educação pública, à ciência e ao serviço público, ao direito à vida. Minha trajetória vem somar para uma Adur que esteja na luta, com acolhimento e respeito à diversidade.



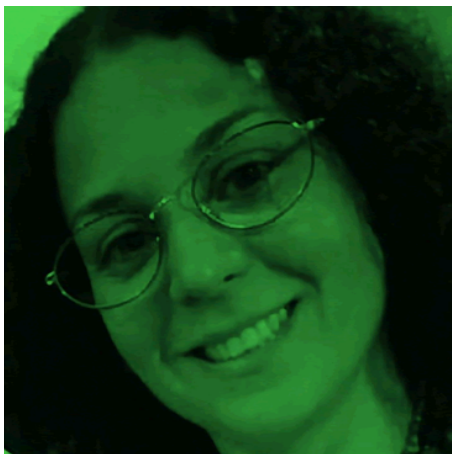
Lia Maria Teixeira de Oliveira, professora titular DECMDS/Aposentada (1ª Vice-presidente)

Minha trajetória docente está entranhada de minha participação política na universidade desde a graduação. Aceito a perspectiva de diversos autores da área de formação de educadores/as que o magistério é uma construção coletiva e cotidiana, na diversidade de espaços e tempos onde as práticas pedagógicas se constroem. Compreendo então que a minha trajetória tem minha posição política tomada nas lutas que participamos e participo na ADUR e no ANDES SN. Participar ativamente de um dos maiores e mais qualificados espaços sindicais como o ANDES SN nos dá força para manter resistência na ADUR diante dos sucessivos golpes no serviço público e na democracia brasileira pelas últimas emendas (anti)constitucionais desde o golpe de 2016. Compreendo a organização coletiva e a representatividade dos associados e associadas da ADUR de suma importância para a construção do movimento docente na Rural. Sindicalizada desde professora auxiliar em 1986 até hoje como professora titular aposentada, me sinto muito acolhida para as lutas coletivas em defesa da educação básica, da universidade pública, gratuita e pela formação de professores/as.



Patrícia Bastos de Azevedo, professora associada II DES/IM (2ª Vice-presidente)

Pensar no caminho que trilhei até chegar a 2ª vice-presidência da Adur me fez lembrar de minha infância em Santa Margarida, e do movimento das associações de bairro nos anos 80, sendo levada pela mão por minha mãe as reuniões e manifestações, as diretas já, ou como estudante no fora Collor, o último já na década de 90. Me fez lembrar também dos meus 15 anos como professora da educação básica, as assembleias e greves do SEPE/RJ. Isso sem contar ser neta de comunistas que colocou sua identidade partidária nos nomes dos filhos. O meu caminho até esta diretoria foi forjado em uma militância doméstica e feminista, que marca a forma como eu construo a minha caminhada na vida, acreditando na luta coletiva, com solidariedade e sororidade. Neste momento sofrido e intenso, penso que a luta sindical é um lugar fundamental na construção de uma sociedade mais inclusiva. Militar na ADUR-RJ é defender uma universidade pública, gratuita, laica e socialmente referenciada na construção de uma sociedade para todos e democrática.



Jaqueline Rocha Borges dos Santos, professora adjunta II DCFar/ICBS (1ª Tesoureira)

Na trajetória que me insere em participações, destaco a vida acadêmica desde a graduação, em que atuei como presidente de Centro Acadêmico e coordenadora da Executiva Regional dos Estudantes de Farmácia (EREFAR). Somado a isso, esse período (1994-1999) foi marcado por intensas participações em combate aos projetos de lei que propunham a desobrigatoriedade de farmacêutico em Farmácias e a venda de medicamentos em supermercados. O período ainda conta com uma intensa participação nos Encontros Regionais e Nacionais de estudantes e Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), em que tive a emocionante experiência de ver e ouvir Fidel Castro. Após, já em atuação profissional, fui diretora do Sindicato dos Farmacêuticos de São Paulo (SINFAR-SP), coordenadora por dois mandatos de Seccional do Conselho Regional de Farmácia de São Paulo (CRF-SP), delegada eleita para Conferências de Saúde, Saúde Mental e Assistência Farmacêutica no âmbito municipal, estadual e nacional. A atuação na próxima gestão da ADUR está intrinsecamente vinculada com o percurso que tenho até aqui, por expor o viver das construções coletivas que se consolidam pelo desejo de justiça social!



Luciana de Amorim Nóbrega, professora associada DCS/Aposentada (2ª Tesoureira)

Sou Luciana de Amorim Nóbrega, professora aposentada do extinto DLCS, ICBS. Fui coordenadora do Centro de Memória da Rural, de onde saí para implantar o ITR e ser sua primeira diretora. Minha vida como docente teve início no final dos anos 70, na Universidade Católica de Brasília, de onde fui demitida ao tentar criar uma associação de docentes. Nos anos 80, já de volta ao Rio, ingressei como docente na Faculdade da Cidade e na Faculdade Bennett, sucessivamente. De ambas fui novamente demitida, pelo mesmo motivo. Após passagem pela Universidade Federal do Amapá, entrei na Rural e no dia seguinte à minha posse me filiei a ADUR na qual participei de algumas diretorias, sendo esta que se inicia a quarta.

Este relato deixa clara a importância que sempre creditei à necessidade de uma AD para apoio e garantia da carreira, condições de trabalho e desempenho de um docente. Sou exemplo de que sem a fundamental união entre pares perdi batalhas, tendo que começar do zero. A ADUR somos todos nós.



Fabrícia Vellasquez Paiva, professora adjunta DTPE/IE (2ª Secretária)

Meu percurso como docente se inicia ainda no magistério da Educação Básica, com destaque para a rede pública de ensino, em que, neste momento, já me percebia envolvida com os movimentos sociais da/na Educação - tanto junto à categoria quanto com os estudantes. Com o ingresso no magistério superior não foi diferente: a chamada e a urgência de atuação junto às bases, de maneira crítica e propositiva, acionava em mim a continuidade de ações políticas em diálogo à UFRRJ, sempre requerendo um posicionamento claro e coerente na docência, na pesquisa, na extensão, na gestão e na análise da relação institucional com a sociedade. A inquietude que me tem movido, insistentemente, representa uma resistência que se ratifica na mesma dinâmica de ser mulher, mãe, pesquisadora em uma sociedade cujo projeto não é o de incluir pelas diferenças. Neste sentido, a participação ainda mais assertiva nesta seção sindical, de representação contextualizada; além de outros espaços, também nacionais, se alicerça como nova fase de construções efetivamente coletivas e reflexivas sobre a construção da carreira - em identidade e em memória docentes - sempre a partir da relação com os movimentos sociais e demais coletivos que referenciam a organização necessária para a garantia de direitos sociais.



**Beatriz Wey, professora associada
II DCS/ICHS (1ª Secretária)**

Minha trajetória sindical começou quando ainda era pequena e acompanhava meu pai nas assembleias do sindicato dos bancários, na cidade de São Paulo. Era um tempo de repressão e resistência como o nosso, que exigiram coragem de todos. Em 1986 ingressei na PUC-SP. A escolha pelo curso de Ciências Sociais confirmou uma vontade de entender as contradições políticas e sociais. Ainda com 18 anos me filiei a um partido político. Hoje sigo na executiva deste mesmo partido, o que contribui muito para minha formação política, para além do campo da Ciência Política. Pela primeira vez estarei à frente de um sindicato, acreditando na luta e na forma direta de atuação na vida docente. Estarei atuando como primeira secretária.

Articulação entre Associações Docentes e demais entidades do Rio de Janeiro mobiliza resposta contra medida que obriga o retorno presencial a partir da próxima semana



Encontro da Regional Rio do ANDES reuniu representantes da ADUR, Adufrj, Asduerj, ADUNIRIO, Sindscope e entidades do movimento estudantil como UNE, FENET, e DCEs, para debater a mobilização jurídica contra a determinação que obriga o retorno presencial na próxima semana em instituições federais de educação do Rio de Janeiro. Uma das ações foi a preparação e participação em uma reunião com o Ministério Público

Federal para discutir providências em relação à medida.

Na reunião, que aconteceu na quarta-feira, dia 10 de novembro, o Procurador informou que apresentará embargos declaratórios diante da decisão de concessão liminar. O objetivo é esclarecer a natureza precisa da decisão, as condições de possibilidade de seu cumprimento e a competência para averiguar essas condições. De acordo com o Procurador, só é possível o retorno

presencial caso as instituições apresentem um plano com a efetiva viabilidade do retorno presencial imediato. Caso contrário, não cabem medidas criminalizadoras expostas na decisão liminar.

A articulação entre as entidades também construiu uma carta pública contra a intervenção judicial, que contou com a contribuição intensa dos representantes das ADs. A carta está disponível na sequência.

Carta Pública de entidades representativas em repúdio à imposição judicial de retorno presencial imediato de atividades de ensino

Durante toda a Pandemia da Covid-19, as comunidades de instituições públicas de educação básica, técnica e superior enfrentam o desafio de conciliar suas funções sociais e o respeito às normas de segurança sanitária necessárias para poupar vidas. Servidoras, servidores e estudantes vêm superando as adversidades e reiventando seu funcionamento de forma remota: as pesquisas continuaram e incluíram a própria pandemia como objeto; atividades de ensino continuam; além das atividades de extensão, incluindo desde a produção de álcool em gel e inúmeros cursos livres ofertados até o acolhimento de questões psíquicas ocasionadas pelo isolamento social e pelas mortes provocadas pela Covid. Toda essa experiência trouxe a certeza de que o ensino remoto tem sido uma inevitabilidade indesejável e de que nenhuma virtualidade substitui a qualidade da educação pública presencial.

Como defensores da ciência, batalhamos pelo processo de vacinação para toda a população e acompanhamos a melhoria progressiva nas condições sanitárias, e estamos já retornando de forma gradativa nossas atividades presenciais, planejando a ampliação do retorno a todos de forma responsável e segura. Planos de contingência ao retorno presencial gradual e seguro estão em desenvolvimento e é preciso que o Governo Federal cumpra sua responsabilidade: é fundamental o investimento público para a recuperação infra-estrutural e compra de EPIs pelas instituições, além do debate sobre protocolos de segurança e passaporte de vacinação.

Recentemente, um agravo de instrumento a partir de decisão monocrática no âmbito do TRF-2, contrário à decisão da primeira instância, determinou o retorno das atividades de ensino presenciais no exíguo prazo de 15 dias a partir da intimação. Essa decisão, acompanhada da ameaça de sanções cíveis, administrativas e penais, configura-se como um ataque à autonomia das instituições e ameaça às vidas humanas. Em que consistiria precisamente o ensino



híbrido sugerido pela decisão judicial? Como operacionalizar esse retorno em apenas duas semanas face às dificuldades objetivas enfrentadas pelas instituições de educação pública, no que diz respeito à diversidade de calendários acadêmicos, cortes orçamentários, problemas de infraestrutura física e à reconfiguração das condições de vida das comunidades universitárias e escolares, em especial no que tange a estudantes?

Em contraste com os pesados cortes de financiamento para a educação pública, é preciso adaptar as instalações de ensino, garantindo a ventilação das salas de aula. Contratos de terceirização foram rompidos por determinação do governo federal, gerando carência de mão de obra para garantir medidas de higiene básicas. Diante disso, tampouco há garantia de alimentação de crianças e adolescentes em idade escolar ou funcionamento dos refeitórios universitários. A política de assistência estudantil como um todo está debilitada: é incerta a possibilidade de acomodação total dos alojamentos estudantis; a secretaria de transporte do Rio de Janeiro acena com até 8 meses de demora em retomar o bilhete único universitário; diversos discentes encontram-se fora do Estado do Rio de Janeiro vivendo com suas famílias, sem condições de retornar de forma imediata à

universidade, ainda mais sem os auxílios estudantis que foram suspensos e ainda não restabelecidos. Por fim, a política do cuidado precisa ser considerada, pois muitos hoje cuidam de parentes doentes e precisam de tempo para reorganizar suas vidas.

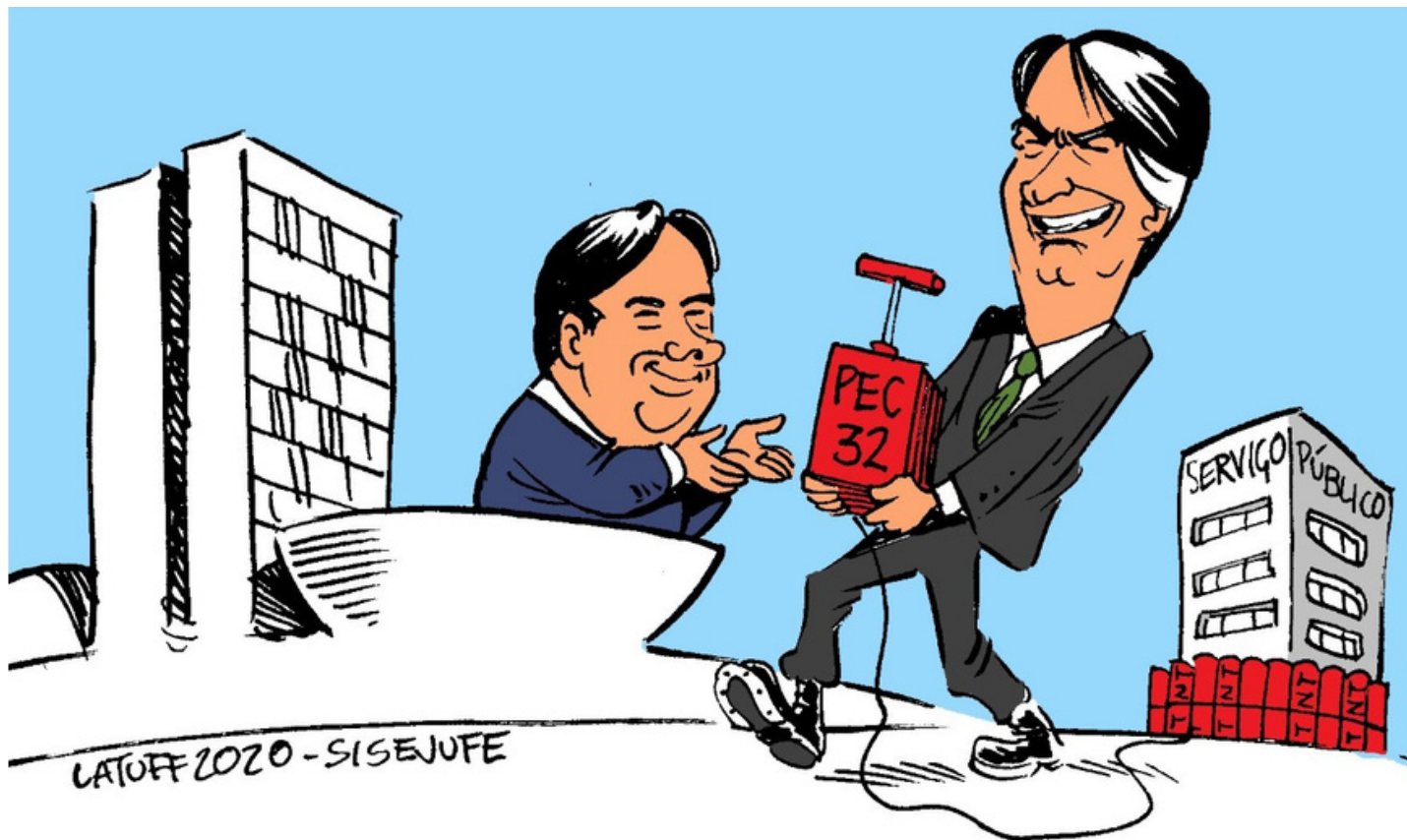
Todos desejamos fortemente a volta às nossas salas de aula, corredores e secretarias. Mas não será num passe de mágica por meio de decisão judicial que as dificuldades serão superadas. Pelo contrário, a ameaça de sanções penais num prazo extremamente restrito apenas poderá causar um retorno prematuro e mal planejado, atropelando o respeito às especificidades de cada instituição e mesmo ameaçando o acesso isonômico ao direito à educação. Por isso, reivindicamos que a decisão judicial em vigor seja suspensa, permitindo que o debate sobre as condições de retorno ao ensino presencial de forma responsável e autônoma seja reestabelecido nas escolas e universidades.

ANDES-SN/RJ
ADCEFET/RJ-Ssind
ADUFRI-Ssind
ADUNIRIO-Ssind
ADUR-Ssind

ADCPII
SINDSCOPE
SINTUFRI
SINTUR-RJ
DCE/UFRI

DCE/UNIRIO
DCE/UFRRJ
DCE/CEFET
FENET
AERI

PEC 32, a reforma do fim do mundo, e a última cartada de Paulo Guedes



Deste governo que foi eleito sem um projeto político para o país que fosse passível de discussão pública, esperar por transparência é um erro grosseiro. A gestão sem rumo de Jair Bolsonaro, que na verdade é de Paulo Guedes, anunciou no dia 24 de outubro que o Congresso deve aprovar, em breve, a proposta de Reforma Administrativa. É difícil entender se o ministro falou sério, ou se foi apenas mais uma “sinalização” (ou mentira) ao seu verdadeiro patrão, o mercado financeiro, que desabou dias antes, quando o próprio Guedes confirmou que o teto de gastos seria revisto em função do novo programa federal de auxílio emergencial.

Desde 2019, quando tomou posse, o ministro da Economia vive de promessas aos especuladores e banqueiros que lhe alçaram ao poder. Incapaz de cumpri-las, culpou o Congresso, a política, o Judiciário, o sistema, e até mesmo a democracia, episódio em que defendeu a ditadura sanguinária de Augusto Pinochet. Sua Reforma Administrativa estava enterrada desde o ano passado, pois Bolsonaro nunca teve, na Câmara, o apoio dos 308 parlamentares necessários para aprovação da PEC. Quando a bancada da bala, um dos pilares do bolsonarismo, anunciou (neste ano) que faria oposição ao projeto, a reforma foi engavetada.

Nem mesmo a contínua liberação de verbas – bilionárias – para deputados do Centrão aqueceu a discussão.

No dia 28 de outubro, Jair Bolsonaro afirmou que, caso não sejam aprovadas este ano, as reformas tributária e administrativa ficarão apenas para 2023. O gesto do presidente em “jogar a toalha” contradiz as recentes afirmações e aspirações de seu ministro. Mas, como foi dito, esperar transparência deste governo é um luxo que a sociedade civil não pode dispor. É difícil para qualquer analista político entender o que acontecerá nas próximas semanas com relação à Reforma Administrativa: Guedes

cumprirá o que diz ao mercado financeiro, ou Bolsonaro evitará uma nova derrota política no Congresso, deixando de lado a proposta?

A resposta para esta pergunta divide deputados e especialistas em Brasília. Em entrevista ao Brasil de Fato, o deputado Israel Batista afirmou: "Estamos sob severa ameaça", destacando o risco de aceleração da PEC 32. Ele entende que o governo ainda não dispõe do quórum necessário para mudar a Constituição, mas alerta que em Brasília o dinheiro das emendas e a distribuição de cargos podem reverter opiniões. Para ele, Bolsonaro também deve a Guedes uma grande reforma antes da eleição de 2022. Por outro lado, portais de notícias alinhados aos interesses do mercado financeiros, como o InfoMoney, sustentam que a PEC dos precatórios é a prioridade do governo. Para eles, uma reforma administrativa neste momento seria inviável politicamente.

Essa também é a opinião do MDB. Em entrevista ao jornal Extra, o deputado Isnaldo Bulhões Júnior afirmou: "a reforma administrativa não será votada neste ano e nem no próximo". Líder do DEM, Efraim Filho entende que "o tema não está amadurecido para ir à votação, e quanto mais se aproxima o fim do ano, mais o cronograma eleitoral dificulta a sua aprovação". Líder do Cidadania, Alex Manente (SP) disse que o texto está longe de obter uma maioria qualificada no plenário: "Não vejo a formação dessa maioria no curto prazo. Não será fácil aprovar neste ano. O debate está contaminado pelas eleições", disse Manente, acrescentando que é defensor da reforma. Ou seja, tudo

leva a crer que o Centrão abandonou de vez a proposta de Jair e Guedes. Entre os opositoristas declarados estão PT, PDT, PSB, PSOL, PCdoB, REDE, Solidariedade e PV. As oito siglas reúnem uma média de 150 votos.

O atual texto da PEC 32 já foi reformulado sete vezes. A última versão foi aprovada na Comissão Especial da Câmara dos Deputados em setembro deste ano. O texto, com base em ideias de demonização do Estado e dos servidores, tenta reformular as funções do Estado e reduzir sua participação nos serviços públicos, partindo da ideia (estapafúrdia) de que o servidor é responsável pelos problemas da nação. A reforma parte de um pressuposto equivocado: que o servidor é dispensável, que ganha demais, quando na verdade o Estado é um grande prestador de serviço. Curiosamente, sequer os pontos que o governo usa para justificar a proposta serão resolvidos pelo texto que foi encaminhado. A reforma promete o que não entrega. Fala economia, mas não tem detalhamento; trata do ponto de vista fiscal, mas sem maiores exemplificações. Todos são unânimes no entendimento de que ela pode aumentar o patrimonialismo e a corrupção.

Apesar dos indícios de que o projeto naufragou, o funcionalismo público precisa estar atento. Não se pode perder de vista a guerra que Bolsonaro personificou contra professores e servidores das universidades federais, inimigos declarados deste governo, apenas para dizer que fez o possível. A mobilização das entidades em

defesa do funcionalismo público precisa estar vigilante: o desmonte do Estado pelo prazer do desmonte é característico neste governo. A ausência de um rumo político definido, marca da paradoxal aliança entre conservadores e liberais (Bolsonaro e Guedes) revelou-se um monstro ingovernável há três anos, com reflexos na política externa, sobretudo nas relações com a China e a UE, e até mesmo na reforma previdenciária aprovada em 2019, que manteve os privilégios do judiciário e dos militares.

É notório que Bolsonaro e Guedes não sabem o que querem para o Brasil, salvo a manutenção de suas cruzadas contra o funcionalismo público, e algumas bravatas que insistem em afirmar, como a necessidade das privatizações e a luta contra o "comunismo imaginário". Se, por um lado, a agenda de costumes de Bolsonaro nunca andou, principalmente porque algumas de suas pautas se baseavam em consagradas fake news, como necessidade de interromper a agenda LGBTI, a de Guedes falha em razão de sua inabilidade política e total desconhecimento do Brasil. O ministro da Economia chega ao seu terceiro ano de governo com um país quebrado, inflacionado e com altos índices de desemprego. Suas promessas não correspondem aos fatos, e o sucateamento da máquina pública apenas agravou o número de desassistidos no Brasil. Mas uma coisa é certa precisamos manter a pressão: toda a Mobilização e pressão no Congresso contra a PEC 32.

O 13º CONAD e o 40º Congresso do ANDES-SN

Por: Lucia Valadares - Ex-Presidente da ADUR-RJ (2019-2021)

O 13º CONAD Extraordinário (Conselho Nacional do ANDES-SN) ocorreu nos dias 15 e 16 de outubro com encaminhamentos significativos à categoria docente. Dentre as decisões tomadas a aprovação do 40º Congresso a ser realizado presencialmente no final de março de 2022, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, demarcando a presença do ANDES-SN numa universidade sob o desgoverno do interventor, em meio a retomada das atividades presenciais e atenção aos protocolos de segurança sanitária.

Diante da previsão de um contexto ainda mais difícil para o ano de 2022, com o acirramento dos debates em torno da eleição presidencial que definirá os rumos do país, delegadas e delegados presentes no 13º também optaram pela realização de um único congresso para se dispor de tempo maior para dedicação às lutas em defesa da universidade pública gratuita, laica, diversa, extensionista, científica, articulada com a Educação Básica, inserida em seu contexto regional e aberta à dimensão nacional.

No 13º CONAD foi realizado discussões em torno de dois temas centrais: Conjuntura e o 40º Congresso do ANDES-SN. A ADUR-RJ marcou presença com inserção do Texto 4 – A Atuação do ANDES-SN em Questão: Realizar Amplo Debate com a Base, sobre a

Participação na Conferência Nacional Popular de Educação, aprovado em Assembleia Geral para o Tema I Conjuntura.

Não seria possível deixar de rememorar essa questão ainda aberta nas decisões centrais do ANDES-SN, que desde o golpe parlamentar-midiático de 2016, em meio destituição de boa parte de membros eleitos do Conselho Nacional de Educação e a dissolução do Fórum Nacional de Educação, decidiu não se integrar às lutas de resistência como a continuidade da mobilização do FNE, através de sua nova denominação de Fórum Nacional Popular de Educação. A direção do ANDES-SN optou pela criação do Fórum Sindical, Popular e da Juventude por Liberdades Democráticas, sem dúvida importante pela sua atuação junto aos movimentos populares e sindicais, todavia, apartado do diálogo com inúmeras entidades no âmbito da educação, associações de ensino e pesquisa, e tantos outros movimentos em luta pela defesa da educação pública. É preciso destacar que o FNPE assegurou a continuidade da Conferência Nacional Popular de Educação, realizada inicialmente em âmbito municipal, contando com a participação massiva de docentes, estudantes, entidades educacionais e sindicais, para aprovar encaminhamentos às lutas em defesa do ensino e eleger

delegados e delegadas para participação em suas instâncias Estadual e Nacional, efetivando amplo debate democrático.

Na segunda parte do 13º CONAD dedicada aos Textos de Resolução referentes à realização do 40º Congresso do ANDES-SN, foram concretizadas importantes reflexões sobre educação, como os desafios postos à universidade pública, as condições de trabalho, conjuntura e deliberações da categoria para a pauta de lutas e alguns indicativos para eleição da próxima diretoria do ANDES-SN.

O 13º CONAD reafirmou a relevância do ANDES-SN, constituído em meio ao enfrentamento aos ditames da ditadura militar como resposta ao arrocho salarial que assolou a classe trabalhadora, engajada num amplo movimento para o estabelecimento da democracia e o fim da exclusão social, para consolidação de uma sociedade direcionada ao pleno desenvolvimento das capacidades humanas, mais justa e igualitária. Esse ideário se mantém imperativo, sem o qual, o que vingará é o absoluto entorpecimento da espécie humana. O ANDES-SN não foge à luta, a ser potencializada com a participação de toda a categoria docente rumo à unidade e efetivação de uma frente nacional ampla e democrática.

ADUR DE PORTAS ABERTAS

A partir de agora, a sede da ADUR-RJ estará funcionando às **terças e quartas**, das **9h às 14h** para atender os docentes.

Para ir até a sede do sindicato, é **imprescindível seguir os protocolos de segurança sanitária** como o uso de **máscaras, álcool em gel** e levar a **carteira de vacinação**, seja a versão virtual do aplicativo *Conecte SUS* ou a versão impressa.



ADUR INFORMA

Presidente: Elisa Guaraná de Castro, **1ª Vice-presidente:** Lia Maria Teixeira de Oliveira, **2ª Vice-Presidente:** Patrícia Bastos de Azevedo, **1ª Secretária:** Beatriz Wey, **2ª Secretária:** Fabrícia Vellasquez Paiva, **1ª Tesoureira:** Jaqueline Rocha Borges dos Santos, **2ª Tesoureira:** Luciana de Amorim Nóbrega

Equipe de Comunicação

Jornalistas: Pollyana Lopes, Larissa Guedes e João Pedro Teixeira Werneck Vianna

Rod. BR 465, Km7 - Campus da UFRRJ - Seropédica, RJ
CEP: 28851-970 - Caixa Postal: 74537